



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS
CÂMARA SETORIAL DE EQUIDECULTURA**

MEMÓRIA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 27/05/2026 (quarta-feira)

HORÁRIO: 14:00 às 17:30.

LOCAL: Brasília/DF, Mapa-sede: sala de reuniões das câmaras setoriais e temáticas

Link: <https://teams.microsoft.com/meet/241736846282151?p=toiz1oV0rFDgcrAFc3>

PAUTA DA REUNIÃO

- 1. Abertura - Presidente. (14:00 – 14:05 - 5 min).**
- 2. Avisos da Secretaria - aprovação da memória da 60ª Reunião Ordinária. (14:05 – 14:10 - 5 min).**
- 3. Atualização do tema CCCCN após apresentação do ofício (14:10 – 14:45 – 20 min)**
 - Convocação do Dr. BRUNO MEIRELES LEITE (Coordenador Geral de Produção Animal - CGPA, do DECAP, da SDI)
 - Convocação da Dra. PRISCILA SILVÉRIO (Coordenadora de Boas Práticas Agropecuárias - CBPA, da CGPA, do DECAP, da SDI)
 - Convocação da Dra. Lizie Buss (da CBPA, da CGPA, do DECAP, da SDI)
 - 3.1** - Apresentação do andamento do processo após o envio do ofício;
 - 3.2** - Atualização do andamento de reorganização da CCCCN;
 - 3.3** - Apresentação de reunião que ocorreu entre representantes da Câmara Setorial, da SDR e da CONJUR;
 - 3.4** - Apresentação da minuta ajustada de Portaria de operacionalização da CCCCN.
- 4. Portaria Transporte de Animais Vivos; Protocolos Boas práticas e Antidoping (14:45 – 15:15)**
 - 4.1** - Apresentação da reunião acerca da Discussão da Portaria de Transporte
 - 4.2** - Discussão acerca do Andamento do Processo de Boas Práticas e Antidoping
 - 4.3** - Rápida discussão do tema, revisão do Grupo de Trabalho e definição de plano de trabalhos do grupo de trabalho.
 - 4.4** – Definição de plano de trabalho para apresentação de relatório na próxima reunião para apresentar respostas à Dra. Valéria Homem.

5. Atualização do status e prioridades do Programa Nacional de Sanidade de Equídeos- PNSE. (15:15 – 16:00)

- convocação do Dr. Marcelo Mota (Diretor do DSA, da SDA)

- convocação do Dr. Bruno Guimarães (Chefe da DISE, do DSA, da SDA)

5.1 - Atualização do andamento dos trabalhos do CTC-PNSE e dos trabalhos do Grupo de Trabalho da Câmara Setorial para acompanhar os trabalhos desse Comitê e dar suporte aos seus representantes da Câmara nesse CTC-PNSE;

5.2 - Apresentação das tratativas feitas até o momento para reunião, cadastro e descrição completa dos materiais das amostras armazenadas no LFDA-MG, na Embrapa e nos demais locais, para além da definição da estratégia de centralização dos mesmos ou de redundância;

5.3 - Retomar o tema mormo, discutir o pedido que foi feito no passado, para que ocorra a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Fiocruz e da Universidade Federal do Ceará no CTC-PNSE para descrever os trabalhos desenvolvidos para identificação de melioidose (com exclusão de mormo) em humanos e seus estudos epidemiológicos, de forma a analisar a possível replicação dos modelos adotados nos casos de humanos para os de equídeos.

5.3.1 - Câmara poderá votar envio deste pedido por ofício;

5.3.2 - Vale destacar, mais uma vez, que as sequências de testes bioquímicos pré-definidos em fluxogramas para cada uma das bactérias, de acordo com a Sociedade Americana de Microbiologia foram a metodologia já usada pela Fiocruz e pela UFCE para identificação de melioidose em casos humanos, inclusive com a exclusão de mormo. Nesse sentido, deverá ser feito estudo aprofundado por qual motivo o PCR que foi feito no passado para os equídeos não foi adotado pela UFCE e pela Fiocruz e por qual motivo foi descrito que o PCR não teve a capacidade de diferenciação. E analisar o motivo dessa incapacidade: se foi pela escolha do gene testado que pode estar presente em ambas as bactérias, se é questão da variabilidade genética reduzida, ou seja, similaridade entre as bactérias, etc.

5.3.3 - Revisar como poderão o Ministério da Saúde, a Fiocruz e laboratórios públicos vinculados ao Ministério da Saúde realizar e direcionar os trabalhos de testes bioquímicos sequenciais para *B. mallei* e *B. pseudomallei* de amostras de equídeos. Seria argumento suficiente o fato do mormo se tratar de uma zoonose?

5.4 - Procurar estabelecer o intercâmbio científico com os demais países, tais como Estados Unidos da América, Europa, Oriente Médio e Ásia – locais que possuem casos de mormo e melioidose ou que têm conhecimento técnico no tema.

5.4.1 - Revisar a situação do envio deste pedido por ofício, não apenas para o mormo, mas também para outras doenças.

5.4.2 - Retomada do tema Congresso da ABRAVEQ e definição de que entidades externas poderão ser convidadas para participar da discussão.

5.5 - Revisar a evolução do intercâmbio científico e a criação do CTC-PNSE para discutir o futuro do PNSE e inclusive possíveis novos escopos, e com isso diferenciar os escopos:

a) as doenças de controle de trânsito, como a Anemia Infecciosa Equina (AIE) e o mormo; adição de doenças, cuja vacinação já é obrigatória, como é o caso da influenza;

b) discutir como se dará o monitoramento de risco ao plantel nacional que poderão ou não afetar o trânsito animal, mas para o qual deverão ser adotadas medidas de monitoramento e de autorização de testagem e vacinação (a exemplo das encefalomyelites, raiva, West Nile e Herpes) – para inclusive prever a possível autorização de importação de kits de testagem e de vacinas em caráter emergencial e/ou de prorrogação de registros de vacinas existentes no mercado nacional;

c) Definição de doenças para se evoluir em estudos acadêmicos e inclusive para ser possível direcionamento de verbas de pesquisa, TED e/ou CCCCN no futuro.

d) discussão de quais os padrões de estudos que deverão ser apresentados ao Ministério da Agricultura de forma a serem reconhecidos.

5.6 - Pedido de definição de escopos de trabalho do CTC-PNSE, de plano de trabalhos e de autorização de compartilhamento de informações do CTC-PNSE com o Grupo de Trabalho da Câmara Setorial de Equideocultura.

5.7 - Esclarecer a situação da oferta de vacinas para Influenza no Brasil, após o fechamento e suspensão de produção de laboratórios.

a) Avaliar a carência de vacinas e imunógenos para doenças de equídeos que são prevalentes no Brasil.

6.0 - Atualização sobre a Minuta de Decreto do Material Genético de Equídeos **(16:00 – 16:30)**

- convocação do Dra. Martha Bravo (AFFA, DIMG, CGIPE, DAS, da SDA)

- convocação do Dr. Marcelo Mota (Diretor do DSA, da SDA)

7.0 - Descredenciamento de Laboratórios PNSE **(16:30 – 17:00)**

- convocação Coordenador de Laboratórios

- convocação do Dr. Marcelo Mota (Diretor do DSA, da SDA)

- convocação do Dr. Bruno Cotta (Coordenador Geral da CGTQA, do DSA, da SDA)

- convocação do Dr. Bruno Guimarães (Chefe da DISE, do DSA, da SDA)

8. Relato Encontra Equideocultura Brasileira – CNA em Feira de Santana (17:00 – 17:15)

8.1. Apresentação pela CNA (Dra. Kalinka) Deliberações do Encontro e necessidades de apoio da Câmara Setorial e de suas entidades associadas;

9. Atualização sobre Revisão dos Efeitos da Reforma Tributária e da atualização anual do RICMS, isenções e deduções e efeitos sobre o setor de equideocultura. (17:15 – 17:30)

9.1. Criação de Grupo de Trabalho

9.2. Revisar diferenciação do cavalo de corrida e discutir a eliminação dessa diferença.

9.3. Pedido de apoio à CNA e à FAESP para analisar a possível equiparação com setor de bovinos e bubalinos de que animais puros ou cruzados registrados têm isenção de ICMS no trânsito interestadual, entre outros. Fazer convite à FAESP para se tornar membro da nossa Câmara.

10. Encerramento (17:30)

OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA

Abertura

A 61ª Reunião Ordinária da **Câmara Setorial de Equideocultura (CSE)** foi realizada em 27 de maio de 2026, sob a presidência do presidente Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio. O presidente deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância da continuidade dos trabalhos conduzidos pela Câmara, especialmente diante dos temas estratégicos atualmente em discussão junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária. Na sequência, a palavra foi concedida à Secretaria da Câmara para os avisos institucionais.

O secretário da Câmara Setorial de Equideocultura (CSE) deu as boas-vindas aos participantes, lembrou a necessidade de identificação de todos com os nomes e respectivas entidades a qual pertencem. Após foi submetida à aprovação a memória da 60ª Reunião Ordinária, realizada no dia 08/04/2026 que já tinha sido encaminhada previamente aos membros. Foi informado no chat da reunião que a próxima reunião será realizada dia 29/07/2026 das 14:00 às 17:30. Não havendo manifestações contrárias, a memória da 60ª Reunião Ordinária foi considerada aprovada.

Na sequência o presidente Nuno Eusébio deu as boas-vindas ao novo membro da câmara, Dr. Diego Costa, representante da ABIF (Associação Brasileira de Indústrias Frigoríficas de Equídeos) e pediu que fosse pautado o tema de onde estão essas plantas de frigoríficos e demais aspectos relativos à associação.

Atualização do tema CCCCN após apresentação do ofício

Passou-se, então, ao item referente à atualização da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional – CCCCN. O Presidente da Câmara, Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio, informou que, na semana anterior, foi realizada reunião entre representantes da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA, da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e da Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura e Pecuária – CONJUR, com a finalidade de discutir a minuta da Portaria de reativação e operacionalização da CCCCN.

O Presidente destacou que a proposta originalmente construída pela Câmara previa composição integrada por representantes do setor público e do setor privado, em razão da natureza técnica e estratégica das atribuições da CCCCN. Entretanto, informou que, após análise jurídica conduzida pela CONJUR, concluiu-se que, em razão das competências fiscalizatórias e do exercício de poder de polícia administrativa atribuídos à Comissão, sua composição formal deverá restringir-se a representantes da Administração Pública, não sendo juridicamente possível a participação de representantes privados como membros deliberativos.

Informou, contudo, que, durante as discussões, foi construída alternativa para preservar a participação institucional do setor produtivo, por meio da criação de um **comitê consultivo**

privado, responsável por contribuir nas discussões estratégicas, na manutenção dos recursos destinados às ações da Comissão e no assessoramento técnico das atividades desenvolvidas. Esclareceu que, na interpretação apresentada pela CONJUR, as entidades representativas do setor privado exerceriam função consultiva, sem participação formal nas deliberações administrativas da Comissão.

Em seguida, representantes da Câmara manifestaram entendimento de que a participação do setor privado deveria ser fortalecida, defendendo que as entidades representativas pudessem exercer papel mais efetivo nas decisões relacionadas à destinação dos recursos financeiros administrados pela CCCCN e na definição de suas diretrizes estratégicas. Foi sugerida, nesse contexto, a possibilidade de estabelecimento de mecanismos que assegurem às entidades participação nas decisões de natureza financeira e estratégica, inclusive mediante instrumentos que garantam poder de manifestação ou de veto em matérias específicas.

O Presidente informou ainda que a minuta revisada da Portaria será encaminhada aos membros da Câmara Setorial para análise e apresentação de contribuições. Relatou, também, que, durante reunião presencial, realizada com o Ministro da Agricultura e Pecuária, foi solicitado que a CONJUR conferisse prioridade à conclusão da análise jurídica da proposta, de forma a imprimir maior celeridade ao processo de reativação e operacionalização da Comissão.

O Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira destacou a relevância institucional da reunião realizada com o Ministro da Agricultura e Pecuária no mês de março, ressaltando que o encontro representou importante avanço para o tema e possibilitou o fortalecimento do posicionamento institucional do Ministério em relação às demandas apresentadas pela Câmara. Manifestou preocupação com a proximidade do período eleitoral e com os possíveis impactos decorrentes de futuras alterações administrativas, ressaltando a necessidade de conferir maior segurança jurídica e continuidade aos processos atualmente em andamento, especialmente aqueles relacionados à CCCCN, ao Decreto sobre Material Genético de Equídeos e às demais pautas estruturantes conduzidas pela Câmara Setorial.

O Presidente da Câmara, Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio, manifestou concordância com as observações apresentadas pelo Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira, considerando pertinente a preocupação quanto à necessidade de assegurar continuidade às pautas estratégicas atualmente em tramitação. Ressaltou que, diante do cenário institucional e da proximidade do período eleitoral, a Câmara Setorial deverá concentrar esforços na condução e conclusão das **demandas consideradas prioritárias**, buscando imprimir maior celeridade aos temas estruturantes e àqueles cuja resolução seja mais urgente. Registrou, ainda, que esse direcionamento estratégico deveria constar expressamente da memória da reunião, de forma a orientar a atuação da Câmara nos próximos meses.

Portaria Transporte de Animais Vivos e Protocolos Boas práticas e antidoping

Na sequência, passou-se à discussão da Portaria de Transporte de Animais Vivos e dos Protocolos de Boas Práticas e Antidoping. O presidente Nuno Eusébio relatou aos membros acerca da reunião realizada na mesma semana com a Dra. Valéria Stacchini Ferreira Homem da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), Coordenadora de Saúde Única e Boas Práticas, oportunidade em que foram discutidos os principais aspectos da consulta pública referente à minuta da Portaria de

regulamentação do transporte de animais vivos. Foi destacado que o encontro contou com ampla participação dos representantes do setor produtivo, possibilitando diálogo técnico entre as entidades e a área responsável pela elaboração da norma. Informou-se que, em decorrência das contribuições apresentadas durante a consulta pública e das discussões realizadas na reunião, o Ministério da Agricultura e Pecuária procederá à revisão da minuta da Portaria, avaliando as sugestões encaminhadas pelo setor. Na oportunidade, também foi solicitado às entidades que encaminhem os protocolos de transporte, boas práticas e antidoping atualmente adotados em suas respectivas atividades, com o objetivo de subsidiar tecnicamente a construção da regulamentação e a elaboração de diretrizes harmonizadas para o setor.

O Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira, coordenador do Grupo de Trabalho sobre Transporte de Animais Vivos, informou que participou da reunião realizada com a Dra. Valéria Stacchini Ferreira Homem, Coordenadora de Saúde Única e Boas Práticas da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA/MAPA, avaliando de forma positiva a abertura da área técnica do Ministério para receber e discutir as contribuições apresentadas pelo setor durante a consulta pública referente à minuta da Portaria.

Dr. Carlos observou, contudo, que a estrutura básica da proposta normativa já se encontrava previamente elaborada, razão pela qual considerou essencial que a Câmara Setorial apresentasse contribuições técnicas consistentes, fundamentadas em informações que retratem a realidade operacional da cadeia produtiva da equideocultura. Informou que o Grupo de Trabalho ficará responsável por reunir dados e informações referentes ao transporte de equídeos no Brasil, com vistas a subsidiar a revisão da minuta e contribuir para que a futura regulamentação contemple as especificidades das diferentes atividades desenvolvidas pelo setor. Ressaltou, ainda, a importância da participação da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne Equina – ABIFE nas discussões, considerando que os dados relativos aos equídeos destinados ao abate também deverão integrar os estudos técnicos. Ponderou, entretanto, que essas informações deverão ser analisadas de forma proporcional ao universo da equideocultura brasileira, de modo que a regulamentação reflita adequadamente a diversidade de finalidades e segmentos existentes na atividade.

A Dra. Kalinka Lessa Koza sugeriu que a Câmara Setorial concentrasse sua análise nos dispositivos da proposta normativa que apresentam maior grau de subjetividade, especialmente aqueles relacionados à avaliação das condições de aptidão dos animais para o transporte. Ressaltou que a identificação desses pontos permitirá a apresentação de contribuições técnicas mais objetivas durante o processo de revisão da minuta da Portaria e propôs a formalização de Grupo de Trabalho específico para aprofundar a análise dos dispositivos constantes da regulamentação. Dr. Kalinka propôs de ser formalizado um ofício ao MAPA com a indicação dos membros desse GT específico.

O Dr. Thiago Rocha, representante da FAESP, manifestou entendimento de que parte da proposta normativa atualmente em consulta pública não reflete integralmente a realidade operacional da cadeia produtiva, destacando que a Câmara Setorial constitui o ambiente mais adequado para a construção coletiva de sugestões técnicas e regulatórias a serem encaminhadas ao Ministério da Agricultura e Pecuária.

O Dr. Eduardo Bencke Geyer registrou percepção positiva quanto à postura adotada pela Dra. Valéria Stacchini Ferreira Homem durante as discussões com o setor, destacando a abertura ao diálogo e à avaliação das contribuições apresentadas pelas entidades. Ressaltou a importância de que a Câmara elabore manifestações técnicas consistentes, capazes de demonstrar as diferentes realidades da equideocultura brasileira, observando que o transporte de equídeos não se restringe aos esportes equestres de alto rendimento, abrangendo também rodeios, exposições, cavalgadas, atividades de trabalho e demais segmentos da cadeia produtiva. Como exemplo, mencionou a necessidade de avaliar com cautela exigências como a climatização dos veículos de transporte, de forma que a futura regulamentação seja tecnicamente viável e compatível com a diversidade de operações existentes no País.

Ainda durante sua manifestação, o Dr. Eduardo Bencke Geyer reiterou que a disponibilidade de vacinas permanece entre as principais preocupações do setor, relatando dificuldades enfrentadas pelos produtores para aquisição de imunógenos e os impactos já observados em diversas atividades da equideocultura, tema que deverá continuar sendo acompanhado pela Câmara Setorial.

Ao final das discussões desse item, o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio, solicitou a revisão da composição dos Grupos de Trabalho da Câmara Setorial, em especial daquele responsável pelos temas de Transporte de Animais Vivos, Boas Práticas e Antidoping. Considerando a amplitude e a complexidade das matérias em discussão, propôs a reorganização dos trabalhos, mediante a avaliação da divisão do grupo em estruturas específicas, de forma a separar as discussões relacionadas à **regulamentação do transporte de animais vivos** daqueles referentes aos **protocolos de boas práticas e antidoping**, permitindo maior especialização, eficiência e organização dos trabalhos.

Atualização do status e prioridades do Programa Nacional de Sanidade de Equídeos-PNSE

Na sequência, passou-se à discussão do item referente à atualização do status e das prioridades do **Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE**, oportunidade em que o Dr. Bruno Raphael Ribeiro Guimarães, Chefe da Divisão de Saúde dos Equídeos – DISE/DSA/SDA/MAPA, apresentou panorama dos trabalhos em andamento e das principais ações conduzidas no âmbito do Programa. Inicialmente, informou que a estruturação do Comitê Técnico-Científico do PNSE (CTC-PNSE) enfrentou limitações de natureza jurídica identificadas durante as análises realizadas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura e Pecuária – CONJUR/MAPA. Em razão dessas restrições, encontram-se em estudo alternativas juridicamente viáveis para assegurar a continuidade dos trabalhos técnicos do Comitê, tendo sido apresentada como proposta a criação de uma subcomissão ou subcomitê vinculado à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional – CCCCN, permitindo que as discussões científicas e sanitárias continuem sendo desenvolvidas dentro de uma estrutura administrativa compatível com os entendimentos jurídicos do Ministério.

O Dr. Bruno esclareceu, ainda, que os temas debatidos no âmbito do CTC-PNSE serão compartilhados com o Grupo de Trabalho da Câmara Setorial de Equideocultura, instituído para acompanhar as discussões relativas ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, garantindo o alinhamento entre as atividades conduzidas pelo Ministério e as contribuições técnicas

apresentadas pelos representantes do setor produtivo. Destacou a importância da padronização dos procedimentos técnicos e científicos desenvolvidos no âmbito do Programa, bem como da construção de mecanismos permanentes de cooperação entre a Administração Pública, a comunidade científica e as entidades representativas da cadeia produtiva.

Durante os debates, o presidente da CSE, Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio, questionou a possibilidade de participação de representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária nos Grupos de Trabalho instituídos pela Câmara Setorial. Em resposta, foi esclarecido que tal participação é compatível com o Regimento Interno das Câmaras Setoriais, desde que preservada a natureza consultiva e técnica desses grupos, favorecendo o intercâmbio de informações e o acompanhamento das discussões desenvolvidas no âmbito do MAPA.

Na sequência, foram retomadas as discussões referentes ao mormo e à melioidose, abordando-se a importância do aprofundamento científico sobre os métodos atualmente utilizados para diferenciação entre *Burkholderia mallei*, agente etiológico do mormo, e *Burkholderia pseudomallei*, causadora da melioidose. Os participantes discutiram a possibilidade de ampliar a cooperação científica mediante a participação de representantes do Ministério da Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz e da Universidade Federal do Ceará – UFC, considerando a experiência dessas instituições no diagnóstico laboratorial da melioidose em seres humanos e a possibilidade de intercâmbio de conhecimentos aplicáveis à sanidade dos equídeos. Também foram debatidas questões relacionadas às metodologias laboratoriais empregadas, aos protocolos diagnósticos e à necessidade de aperfeiçoamento das técnicas atualmente utilizadas para diferenciação entre essas enfermidades.

Prosseguindo a discussão, os participantes ressaltaram a importância do fortalecimento do intercâmbio científico internacional, mediante o estabelecimento de parcerias com instituições de pesquisa e autoridades sanitárias de países que possuem experiência consolidada em mormo, melioidose e outras enfermidades de interesse para a equideocultura, incluindo Estados Unidos, países da Europa, Oriente Médio e Ásia. Destacou-se que essa cooperação poderá contribuir para o aperfeiçoamento das políticas sanitárias brasileiras, da vigilância epidemiológica e dos protocolos de diagnóstico e controle das enfermidades que integram ou poderão integrar o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos.

Acerca da evolução do PNSE, foi debatida a necessidade de definição mais clara dos futuros escopos do Programa, diferenciando-se as enfermidades relacionadas ao controle do trânsito animal, daquelas voltadas ao monitoramento sanitário do plantel nacional e aos temas prioritários para pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, discutiu-se a possibilidade de ampliação das ações do Programa para contemplar enfermidades como influenza equina, encefalomyelites, herpesvírus, vírus do Nilo Ocidental e outras doenças de relevância epidemiológica, além da necessidade de definição de critérios para autorização excepcional de importação de vacinas e kits diagnósticos em emergências sanitárias.

A Dra. Kalinka Lessa Koza CNA observou que diversas enfermidades de interesse da equideocultura já são objeto de vigilância oficial por meio do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias – SISBRAVET, ressaltando a importância de integrar os instrumentos já existentes antes da criação de novos mecanismos de monitoramento. A representante da CNA enfatizou que o fortalecimento do PNSE deve considerar a utilização das estruturas já

consolidadas de vigilância epidemiológica, evitando sobreposição de procedimentos e promovendo maior eficiência na gestão das informações sanitárias.

Na mesma linha, a Dra. Daniela Pacheco de Lacerda, Coordenadora-Geral de Programas Sanitários SDA/MAPA, destacou a relevância das notificações realizadas por produtores rurais, médicos-veterinários e serviços veterinários estaduais no âmbito do SISBRAVET, ressaltando que o sistema vem permitindo maior acompanhamento das investigações sanitárias e contribuindo para o diagnóstico das enfermidades de interesse pecuário. Informou, ainda, que o Ministério pretende disponibilizar painel público contendo informações consolidadas sobre notificações, investigações e resultados laboratoriais, conferindo maior transparência às ações de vigilância sanitária e estimulando o aprimoramento da notificação precoce das doenças.

Ao final das discussões, foi reiterada a preocupação dos representantes da Câmara com a atual disponibilidade de vacinas contra influenza equina, diante das dificuldades observadas no mercado nacional após a interrupção das atividades de determinados fabricantes. Os participantes ressaltaram a importância de acompanhamento permanente da oferta de imunógenos destinados às principais enfermidades dos equídeos e da adoção de medidas que assegurem o adequado abastecimento do mercado, considerando os impactos que eventual descontinuidade poderá ocasionar para a sanidade animal e para as atividades desenvolvidas pela cadeia produtiva da equideocultura.

Atualização sobre a Minuta de Decreto do Material Genético de Equídeos

A atualização do tema foi conduzida pela Dra. Kalinka Lessa Koza, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, que informou não terem ocorrido avanços significativos desde a última reunião da Câmara. Relatou que ainda não houve retorno oficial da área técnica do Ministério acerca da proposta construída conjuntamente pelo setor e encaminhada anteriormente. Destacou a expectativa de que o Ministério da Agricultura e Pecuária possa acolher a proposta elaborada de forma consensual pelas entidades representativas e pelos segmentos envolvidos na atividade.

Na sequência, o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Eusébio, informou que foi realizada reunião com representantes das centrais de processamento de sêmen equino, ocasião em que ficou acordado o encaminhamento de contribuições técnicas e de documento consolidado por parte dessas instituições. Contudo, foi dito que, até a presente data, o material ainda não havia sido encaminhado à Câmara Setorial de Equideocultura (CSE).

Os participantes concordaram com a necessidade de retomada do tema na próxima reunião ordinária, após manifestação das áreas técnicas do Ministério da Agricultura (MAPA) e recebimento das contribuições pendentes das centrais de reprodução.

Descredenciamento de Laboratórios PNSE

Na sequência, passou-se à discussão acerca do processo de descredenciamento de laboratórios no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE. O Dr. Bruno Raphael Ribeiro Guimarães informou que foi publicado edital relacionado ao credenciamento e descredenciamento de laboratórios de diagnóstico animal, esclarecendo que o tema é de

competência da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL/MAPA. Informou ainda que se encontra em elaboração uma Análise de Impacto Regulatório (AIR), a qual subsidiará futura consulta pública sobre a matéria. Esclareceu que, naquele momento, o Ministério optou por não promover alterações imediatas em relação aos laboratórios responsáveis pela realização de exames para Anemia Infecciosa Equina (AIE), acrescentando que está prevista a publicação de novo edital específico para os laboratórios que atuam no diagnóstico de doenças dos equídeos. Destacou, ainda, que vem sendo estudada a implementação de um modelo de equivalência entre os laboratórios credenciados e os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDAs), com vistas ao aperfeiçoamento da rede laboratorial oficial.

Durante os debates, o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio, manifestou preocupação quanto aos possíveis impactos decorrentes do processo de credenciamento dos laboratórios, especialmente em relação à eventual redução do número de estabelecimentos habilitados à realização de exames oficiais, ao aumento do tempo necessário para obtenção dos resultados laboratoriais, às possíveis dificuldades para emissão de Guias de Trânsito Animal – GTA e aos reflexos econômicos que tais medidas poderão ocasionar para a cadeia produtiva da equideocultura. Ressaltou, ainda, que o setor permanece apreensivo quanto aos efeitos do Edital nº 2/2026, propondo que a Câmara Setorial encaminhe ofício à Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL, solicitando esclarecimentos formais acerca dos critérios adotados no edital, dos impactos esperados para o setor e da forma como ficará estruturada a rede laboratorial após a implementação das mudanças previstas.

Em resposta, o Dr. Bruno Raphael Ribeiro Guimarães esclareceu que a discussão relacionada ao processo de credenciamento e credenciamento de laboratórios deverá ser conduzida diretamente pela CGAL, por se tratar da unidade competente para a matéria, destacando que a Divisão de Saúde dos Equídeos – DISE não possui atribuição sobre os procedimentos administrativos de credenciamento dos laboratórios oficiais.

Na sequência, a Dra. Kalinka Lessa Koza sugeriu que, além do encaminhamento do ofício, fosse solicitada a realização de reunião entre a Câmara Setorial de Equideocultura, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e a CGAL, com o objetivo de proporcionar maior esclarecimento ao setor acerca dos fundamentos técnicos da proposta, do modelo que se pretende implantar e dos possíveis impactos para os exames oficiais de mormo e anemia infecciosa equina. Destacou que uma das principais preocupações manifestadas pelos representantes da cadeia produtiva diz respeito à eventual redução da oferta de laboratórios habilitados para realização desses exames, situação que poderá repercutir diretamente sobre o controle sanitário e o trânsito de equídeos no País.

Relato Encontra Equideocultura Brasileira – CNA em Feira de Santana

Na sequência, a Dra. Kalinka Lessa Koza apresentou relato sobre o Encontro Equideocultura Brasileira, promovido pelo Sistema CNA/Senar entre os dias 13 e 15 de maio de 2026, no Centro de Excelência em Zootecnia do Senar, em Feira de Santana, Bahia.

A representante da CNA agradeceu a participação das entidades presentes e destacou a relevância do evento para o fortalecimento institucional da cadeia produtiva de equideocultura.

Entre os principais resultados do encontro, destacou-se a implementação da primeira turma de capacitação profissional voltada ao setor, iniciativa coordenada pelo SENAR com foco na formação de mão de obra qualificada para as diferentes atividades relacionadas à equideocultura. Informou que o Sistema CNA/Senar apresentará, na próxima reunião da Câmara, levantamento das capacitações já disponíveis, permitindo que as entidades contribuam para o aprimoramento contínuo dos conteúdos e das ações de formação profissional.

Também foi destacado que o encontro debateu temas relacionados à desburocratização da atividade, incluindo demandas ligadas à disponibilidade de vacinas específicas para equídeos e à implementação de instrumentos digitais que possam facilitar o transporte interestadual de animais.

Atualização sobre Revisão dos Efeitos da Reforma Tributária e da atualização anual do ICMS, isenções e deduções e efeitos sobre o setor de equideocultura.

Ao final da reunião, o Presidente da Câmara retomou as discussões relacionadas aos impactos da Reforma Tributária, da atualização anual do Regulamento do ICMS e dos regimes de isenções e deduções aplicáveis ao setor de equideocultura.

O Dr. Nuno Eusébio destacou que a tributação incidente sobre equídeos permanece significativamente distinta daquela aplicada aos bovinos e bubalinos, situação que vem gerando preocupação entre os representantes do setor.

Foi debatida a necessidade de aprofundamento técnico do tema, especialmente no que se refere à busca por maior isonomia tributária e à avaliação de medidas que permitam equiparar o tratamento fiscal aplicado aos equídeos ao já existente para outras cadeias pecuárias.

Atualização dos grupos de trabalho da câmara setorial de equideocultura

Durante aos debates, o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Eusébio, propôs a revisão da composição dos Grupos de Trabalho da Câmara Setorial, considerando a necessidade de reorganização das atividades e de maior especialização dos temas em discussão. O Plenário deliberou pela atualização da composição dos Grupos de Trabalho abaixo relacionados, estabelecendo que todos terão prazo de vigência de 1 (um) ano, contado da data da 61ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Equideocultura, realizada em 27 de maio de 2026, podendo sua composição ser revista ou prorrogada mediante deliberação do Plenário.

GT – Transporte de Animais Vivos

Coordenador: Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira – Consultor Técnico da Câmara Setorial de Equideocultura.

Integrantes:

Dra. Kalinka Lessa Koza – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

Dr. Cesar Fabiano Vilela – Instituto Brasileiro de Equideocultura (IBEqui);

Dr. Diego Luiz Gomide Costa – Associação Brasileira de Indústrias Frigoríficas de Equídeos (ABIFE);

Dr. Eduardo Bencke Geyer – Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação do Rio Grande do Sul (SEAPI/RS);

Dr. Thiago Rocha – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP).

GT – Boas Práticas e Antidoping

Coordenador: Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira – Consultor Técnico da Câmara Setorial de Equideocultura.

Integrantes:

Dra. Kalinka Lessa Koza – CNA;

Dr. Cesar Fabiano Vilela – IBEqui;

Dr. Eduardo Bencke Geyer – SEAPI/RS;

Dr. Fábio Siqueira Moraes Camargo – Confederação Brasileira de Hipismo (CBH);

Dra. Janaina Godinho Louzada – Jockey Club Brasileiro (JCB);

Dr. Frederico Vieira Araújo – Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC);

Dr. Allan Mello Guerra – Jockey Club do Paraná (JCPR);

Dr. Hélio Cordeiro Manso Filho – Associação Brasileira dos Médicos Veterinários de Equídeos (ABRAVEQ).

GT – CCCCN

Coordenador: Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio – Presidente da Câmara Setorial de Equideocultura.

Integrantes:

Dr. Fabricio Antônio Guidorzi Buffolo – Associação Brasileira dos Criadores e Proprietários do Cavalos de Corrida (ABCPCC);

Dr. Allan Mello Guerra – Jockey Club do Paraná (JCPR);

Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira – Consultor Técnico da Câmara Setorial.

GT – ICMS e Reforma Tributária

Coordenador: Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio – Presidente da Câmara Setorial.

Integrantes:

Dr. Thiago Rocha – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP);

Dr. Eduardo Bencke Geyer – SEAPI/RS;

Dr. Allan Mello Guerra – Jockey Club do Paraná (JCPR);

Dr. Fabricio Antônio Guidorzi Buffolo – ABCPCC;

Representante da Confederação Brasileira de Hipismo (CBH);

Dr. José Carlos Lodi Fragoso Pires – Jockey Club de São Paulo (JCSP).

GT – PNSE

Coordenação Compartilhada: Dr. Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio – Presidente da Câmara Setorial; Dr. Bruno Raphael Ribeiro Guimarães – Chefe da Divisão de Saúde dos Equídeos (DISE/DSA/SDA/MAPA).

Integrantes:

Dra. Kalinka Lessa Koza – CNA;

Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira – Consultor Técnico da Câmara Setorial;

Dra. Raquel Soares Juliano – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (**EMBRAPA**);

Dr. Luis Eduardo dos Santos Ferraz – Associação Brasileira da Indústria Farmoquímica e de Insumos Farmacêuticos (**ABIQUIFI**);

Dr. José Carlos Lodi Fragoso Pires – Jockey Club de São Paulo (**JCSP**).

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:

Encaminhamentos	Órgão Demandado	Ação	Responsável	Prazo Esperado
1. Dar continuidade às discussões relacionadas à operacionalização da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN).	MAPA (SDI, SDR e CONJUR)	Acompanhar a revisão da minuta da Portaria de operacionalização da CCCCCN, apresentar contribuições e acompanhar sua conclusão.	Presidência da Câmara, Consultor Técnico e áreas técnicas do MAPA.	Contínuo
2. Priorizar as pautas estratégicas da Câmara antes do período eleitoral.	Câmara Setorial de Equideocultura	Concentrar esforços na conclusão das demandas consideradas prioritárias pela Câmara.	Presidência, Consultor Técnico e membros da Câmara.	Até a reunião 29/07
3. Formalizar Grupo de Trabalho específico para análise da minuta da Portaria de Transporte de Animais Vivos e dos Protocolos de Boas Práticas e Antidoping.	MAPA (SDA)	Encaminhar ofício ao MAPA comunicando a composição do Grupo de Trabalho e apresentar contribuições técnicas sobre a regulamentação.	Presidência da Câmara e Secretaria Executiva.	Antes da próxima reunião ordinária.
4. Consolidar e encaminhar ao MAPA os protocolos atualmente utilizados pelas entidades relativos ao transporte de equídeos, boas práticas e antidoping.	MAPA (SDA/Coordenação de Saúde Única e Boas Práticas)	Reunir protocolos existentes e elaborar documento consolidado para subsidiar a revisão da minuta da Portaria.	Grupo de Trabalho de Transporte e Grupo de Trabalho de Boas Práticas.	Até a próxima reunião ordinária.
5. Prosseguir as discussões relativas ao Comitê Técnico-Científico do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (CTC-PNSE).	MAPA (DSA/DISE e CONJUR)	Avaliar alternativas jurídicas para continuidade do Comitê Técnico-Científico e compartilhamento de informações com o Grupo de Trabalho da Câmara.	DISE/DSA, Presidência da Câmara e GT-PNSE.	Contínuo.

6. Fortalecer a cooperação científica sobre mormo e melioidose.	MAPA, Ministério da Saúde, Fiocruz e Universidade Federal do Ceará	Dar continuidade às tratativas para participação das instituições nas discussões técnicas do PNSE e promover intercâmbio científico nacional e internacional.	GT-PNSE e DISE/DSA.	Contínuo
7. Acompanhar a situação da oferta de vacinas e imunógenos destinados aos equídeos.	MAPA (DSA)	Monitorar a disponibilidade de vacinas, especialmente para influenza equina, e avaliar medidas para garantir o abastecimento do mercado nacional.	DISE/DSA e GT-PNSE	
8. Solicitar esclarecimentos acerca do Edital nº 2/2026 referente ao credenciamento e descredenciamento de laboratórios.	Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL/DSA/MAPA)	Encaminhar ofício solicitando esclarecimentos sobre os critérios adotados no edital, os impactos esperados para o setor e a futura estrutura da rede laboratorial. Promover reunião para esclarecimento dos fundamentos técnicos do novo modelo de credenciamento de laboratórios e seus impactos sobre os exames oficiais de mormo e anemia infecciosa equina.	Presidência da Câmara e Secretaria Executiva.	Imediato
9. Dar continuidade às discussões sobre os impactos da Reforma Tributária e do ICMS para a equideocultura.	MAPA, CNA, FAESP e entidades do setor	Instalar o Grupo de Trabalho de ICMS e Reforma Tributária, elaborar estudos técnicos e propor medidas de equiparação tributária dos equídeos com outras cadeias pecuárias.	GT ICMS e Reforma Tributária.	Contínuo

Informa-se que a reunião ordinária foi gravada e arquivada nesta Coordenação-Geral. A presente memória teve como escopo abordar de modo sucinto as apresentações, discussões e deliberações. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:

Nome	Assinatura
Presidente: Nuno Miguel Gomes da Costa Brito Eusébio	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	

Consultor: Carlos Eduardo Wayne Nogueira	
--	--